



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciência política: poder e establishment 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: poder e establishment 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-116-6

DOI 10.22533/at.ed.166213105

1. Ciência política. 2. Poder. 3. Establishment. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As Ciências Políticas caracterizam-se como um campo de estudos e práticas em constante evolução e transformações conceituais, discursivas e temáticas que têm sistematicamente passado por diferentes renovações analíticas, teórico-metodológicas e de objetos ao longo do tempo, contribuindo assim para uma prolífera agenda de pesquisas com diferentes níveis de foco e abrangência.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, o presente livro “Ciência Política: Poder e *Establishment* 2” apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos políticos sobre um conjunto amplo de temas da realidade política internacional e nacional.

O objetivo desta obra é apresentar a riqueza do campo científico das Ciências Políticas a partir de uma abrangente agenda de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica para analisar a realidade do poder e da ação política humana em diferentes escalas espaciais e periodizações temporais.

Fundamentado por uma pluralidade epistemológica e por distintos níveis de análise no campo das Ciências Políticas, o presente livro apresenta 21 capítulos que obedecem a uma lógica de funil em três partes identificadas, respectivamente por micro, meso e macroanálises sobre os diferentes temas e atores que manifestam campos de poder e de ação política.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores oriundos de distintos estados de todas as macrorregiões brasileiras, este livro faz um imersivo estudo sobre com base em microanálises sobre movimentos sociais e realidades locais, mesoanálises focadas nos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, e, macroanálises relacionadas a temas nacionais e internacionais.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados primários e secundários, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem fluída e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados por estudos políticos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APOIO AOS COLETIVOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIAS COMO PROCESSO DE FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: Um estudo de caso do RECOOPSOL

Elizabete Maria da Silva

Nely Tocantins

Josita da Rocha Priante

Thamara Nayme de Arruda Nascimento

Oscar Zalla Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.1662131051

CAPÍTULO 2..... 12

A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO DA LUTA DA CLASSE TRABALHADORA ATÉ AS TEORIAS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Livia Almeida Dutra

DOI 10.22533/at.ed.1662131052

CAPÍTULO 3..... 23

A ONTOLOGIA DO BIOPODER PATRIARCAL: O TRAUMA SILENCIOSO DA FEMINIZAÇÃO

Maria Lidia Mattos Valdivia

DOI 10.22533/at.ed.1662131053

CAPÍTULO 4..... 35

AS MULHERES RURAIS SINDICALISTAS: LUTANDO E CONQUISTANDO ESPAÇO

Arminda Rachel Botelho Mourão

Vanessa Fernandes Miranda

DOI 10.22533/at.ed.1662131054

CAPÍTULO 5..... 46

MULHERES TRANS NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA BUSCA POR REPRESENTATIVIDADE

Rosana da Silva Chagas

DOI 10.22533/at.ed.1662131055

CAPÍTULO 6..... 54

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO TERRITORIAL NO PIAUÍ (2007-2020)

Conceição de Maria dos Santos Moura

Maria D'Alva Macedo Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.1662131056

CAPÍTULO 7	67
CONSELHOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL NO ESTADO DO PIAUÍ	
Francisco Mesquita de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1662131057	
CAPÍTULO 8	80
CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PIAUÍ	
Clarissa Flávia Santos Araújo	
Alyne Maria Barbosa de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.1662131058	
CAPÍTULO 9	92
LUTA PELO RECONHECIMENTO: A TRAJETÓRIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO	
Amanda Jaqueline Reis Pereira	
Eva Erlene Franco de Sousa	
Layla Kelly Santos da Silva	
Vanessa Magalhães da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1662131059	
CAPÍTULO 10	103
PAISAGENS CULTURAIS NAS TOADAS DO BUMBA MEU BOI NO MARANHÃO	
Lucilea Ferreira Lopes Gonçalves	
Domingos Bandeira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.16621310510	
CAPÍTULO 11	115
A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E SEU IMPACTO NOS NEGÓCIOS DE PEQUENO PORTE EM ALAGOAS: DESIGUALDADES REVELADAS E A NECESSIDADE DE APOIO INSTITUCIONAL	
Laudeny Fábio Barbosa Leão	
DOI 10.22533/at.ed.16621310511	
CAPÍTULO 12	128
A LIBERDADE ECONÔMICA EXPLICA A DEMOCRACIA LATINOAMERICANA?	
Ana Tereza Duarte Lima de Barros	
Felipe Ferreira de Oliveira Rocha	
Katharyne de Andrade Santos	
Lidiane Pascoal Santana	
Luma Neto do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310512	

CAPÍTULO 13.....	150
ESTADO MÍNIMO PRA QUEM? UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO NEOLIBERISMO NO BRASIL	
Ingred Lydiane de Lima Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16621310513	
CAPÍTULO 14.....	161
DOS FATOS ÀS VERTIGENS: A (DES)VALORIZAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL	
Elyelthon Silva Álvares	
José Ramiro Esteves Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.16621310514	
CAPÍTULO 15.....	172
ENVELHECIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL: A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA E SUA PREVENÇÃO MEDIANTE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
Dalila Pereira Machado	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.16621310515	
CAPÍTULO 16.....	182
INFLUÊNCIAS E IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NO TRABALHO E SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	
Luiz Renato de Souza Justiniano	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
Daniele Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.16621310516	
CAPÍTULO 17.....	193
POBREZA E O ATO INFRACIONAL PRATICADO POR ADOLESCENTES SE CONFIGURA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL?	
Carmem Letícia dos Santos	
Francislane Viana da Cruz	
Maria de Jesus da Silva Lopes	
Thais Tássia Pereira da Silva	
Camila dos Santos Sampaio Carvalho	
Nágila Silva Alves	
Iracema Soares de Oliveira	
Beatriz de Oliveira Lima	
Faustina Emanuelle Nunes Alves	
Johnes Wallas de Sousa Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310517	
CAPÍTULO 18.....	203
A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Carmem Letícia dos Santos	

Francislane Viana da Cruz
Maria de Jesus da Silva Lopes
Thais Tássia Pereira da Silva
Camila dos Santos Sampaio Carvalho
Nágila Silva Alves
Iracema Soares de Oliveira
Beatriz de Oliveira Lima
Faustina Emanuelle Nunes Alves
Johnes Wallas de Sousa Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.16621310518

CAPÍTULO 19.....213

ATIVISMO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AMEAÇAS À DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

Avelina Alves Lima Neta
Angela Vieira Neves
Flávio Bezerra de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.16621310519

CAPÍTULO 20.....232

A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NAS EXPERIÊNCIAS PÓS-REVOLUÇÕES SOCIALISTAS DE CHINA E CUBA

Ana Elisa Rola Rodrigues
Guilherme Moreira Romera da Silva

DOI 10.22533/at.ed.16621310520

CAPÍTULO 21.....240

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA GUERRA HÍBRIDA NA ANEXAÇÃO DA CRIMEIA À FEDERAÇÃO RUSSA

Humberto José Lourenção

DOI 10.22533/at.ed.16621310521

SOBRE O ORGANIZADOR.....253

ÍNDICE REMISSIVO.....254

CAPÍTULO 4

AS MULHERES RURAIS SINDICALISTAS: LUTANDO E CONQUISTANDO ESPAÇO

Data de aceite: 21/05/2021

Arminda Rachel Botelho Mourão

Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas
Doutora em Educação pela PUC/SP

Vanessa Fernandes Miranda

Discente do curso de Pedagogia na Universidade Federal do Amazonas, Manaus - Amazonas
<http://lattes.cnpq.br/0078109174644919>

RESUMO: O artigo relata as lutas das mulheres sindicalistas no campo e na área da educação. O objetivo geral é verificar a participação das mulheres na luta sindical por uma educação no campo. A metodologia utilizada é à dialética cuja categorias são totalidade, contradição e mediação. O paradigma escolhido para o embasamento do artigo o está diretamente ligada à dos Novos Movimentos Sociais. Nossos procedimentos de pesquisa foram a realização de um levantamento do estudo da arte para entender a mulher no movimento sindical e a compilação dos documentos na FETAGRI/AM que abordaram as reivindicações das mulheres e os processos de conquistas dentro dos sindicatos e na educação do campo.

PALAVRAS - CHAVE: Mulher sindicalista, Conquistas, Educação do Campo.

RURAL UNION WOMEN: FIGHTING AND CONQUERING SPACE

ABSTRACT: The article reports on the struggles of union women in the field and in the area of education. The general objective is to verify the participation of women in the union struggle for education in the countryside. The methodology used is the dialectic whose categories are totality, contradiction and mediation. The paradigm chosen to support the article is directly linked to that of the New Social Movements. Our research procedures were conducting a survey of the study of art to understand women in the union movement and the compilation of documents at FETAGRI/am that addressed women's demands and the processes of achievement within unions and in rural education.

KEYWORDS: Unionist woman, Achievements, Rural Education.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo é produto da pesquisa intitulada "A mulher rural sindicalista: lutando e conquistando espaços", que teve como objetivo geral verificar a participação das mulheres na luta sindical e por uma educação do campo no Estado do Amazonas. Para atingir tal meta fizemos uma análise dos documentos da Federação do Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI – no intuito de verificar como se dá o início do processo de sindicalização de mulheres. Compilamos também as principais reivindicações das mulheres inseridas no

movimento sindical em relação aos direitos da mulher trabalhadora do campo.

As novas formas de encarar a luta nos tempos atuais por melhores condições de vida fizeram com que as mulheres trabalhadoras rurais que sempre labutaram na roça, na pesca, no campo, começassem a ter visibilidade nas diversas camadas sociais. Como ressalta Aguiar (2016, p.2)

Tal atuação assumiu várias formas ao longo da história dos movimentos de mulheres rurais, de acordo com o contexto e as dinâmicas sociopolíticas e econômicas com as quais se depararam, evidenciando diferentes configurações e tendências assumidas por elas ao longo da sua história, das quais derivaram diferentes formas organizadas de ação coletiva, envolvendo ocupações, pressões, negociações e alianças. Nesse processo, as mulheres rurais na sua diversidade foram se constituindo e se afirmando como sujeitos políticos, assim foram aprendendo a (re) inventar formas de fazer política.

Para entender o processo é fundamental resgatar as lutas da década de 1980, que possuem como principal foco derrubar a ditadura militar, que como assevera Mourão Diederichs (1997), tinha como pilar o arrocho salarial. Assim, as mulheres começam a organizar-se nas comunidades Eclesiais de Base e nas pastorais, atuando não só na Igreja, mas também no movimento feminista e nos sindicatos (AGUIAR, 2016).

A autora chama a atenção para a participação das mulheres que até aquele momento eram excluídas do sindicato, que era um espaço exclusivamente de dominação masculina, elas vão para as comunidades eclesiais de base que oferecem curso de política, nos quais começam a atender sua condição de explorada.

Subsidiadas pela teoria da libertação as mulheres se aproximam das oposições sindicais como a Central Única dos Trabalhadores – CUT, começado um processo de disputa aguerrido pelas participações nos sindicatos. A luta das mulheres para ser reconhecida como trabalhadoras faz com que elas adentrem ao sindicato de forma autônoma (BORDALO, 2008). E assim, pouco a pouco conquistaram o direito de questionarem, porque já estavam cientes das necessidades e reconheciam a importância de não mais ficarem caladas ou submissas.

Segundo Cordeiro e Scott (2006, p.2)

As lutas que alcançaram uma maior visibilidade política ocorreram em torno de quatro eixos: reconhecimento do trabalho na agricultura e nos sistemas agroextrativistas; luta pelo direito a terra e pela reforma agrária; acesso aos benefícios da previdência social; participação das mulheres na estrutura sindical, seja como associadas a sindicatos, seja como diretoras de sindicato e federação.

Os quatro eixos principais na luta das mulheres, deram a possibilidade de reconhecimento das reais necessidades das agricultoras. A luta era por sindicalização e por direitos sociais: direito à aposentadoria, direito ao salário maternidade. E com o passar do

tempo adentram aos movimentos feministas, no qual tem lutado por igualdade de direitos em relação ao gênero. As mulheres se engajaram na luta pela constituinte, consolidando sua participação política.

2 I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para fundamentar o trabalho fomos buscar a pesquisa de Paulino (2003), que constatou o ingresso da mulher em atividades remuneradas, trazendo mais trabalho, ou seja, a dupla jornada. Além disto a mulher é pouco consultada nas tomadas de decisões, geralmente o marido toma decisões à revelia. A autora discute que:

Anos mais tarde, ao tomarmos contato com uma pesquisa realizada pelo comitê das Organizações Profissionais Agrícola a CEE (COPA; 1988), percebemos que, também na Europa, os anos setenta foram marcados por uma reação das mulheres rurais à dureza do trabalho agrícola, estando presente a aspiração de serem apenas “donas de casa”. Segundo a mesma fonte, nos anos oitenta dá-se uma mudança no sentido da valorização das mulheres enquanto “profissionais da agricultura”. O mesmo observamos no Brasil, pois é nesses anos que surge no sul do país o MMA. Embora o relatório do COPA não se preocupe em explicar as causas da mudança, cremos que a disseminação de tecnologias poupadoras de mão de obra seja uma hipótese a ser considerada, na medida em que tornaram os afazeres agrícolas menos penosos (PAULINO, 2003, p.3).

Pesquisas demonstram que apesar da mulher se engajar nas lutas, ainda há no campo muita discriminação, o que nos faz questionar: Por que a mulher na prática ainda continua submissa ao homem? Bourdieu (2008) levanta a hipótese que é muito difícil mudar comportamentos que já foram solidificados em ideologias dominante, as quais são introjetadas como “naturais” pelos dominados. Mudanças requerem mudanças no modo de ver e pensar o mundo. Assim determinados comportamentos estão tão arraigados em determinados espaços que são difíceis de serem transformados devido ao *habitus* construído.

E é por meio dos movimentos sociais que será possível, transformar os *habitus* construídos pela sociedade, as mulheres rurais têm lutado para mudar a forma e os estereótipos internalizados da sociedade que até hoje refletem a opressão sofrida por elas (ABRAMOVAY e RUA, 2000). Assim, qualquer pensamento alienante sobre algo pode ser moldado ou mudado. A grande contradição entre o Estado e a sociedade Civil que segura a emancipação do homem está com a possibilidade de conscientização, que leva a superação da alienação (HUNGARO, 2014, p. 33).

Souza (2010, p.25) salienta que: “As mulheres da floresta também percorreram diversos caminhos sociais. Foram pouco estudadas e muitas vezes rotuladas”, por isso as mulheres sempre tiveram em espaços sociais pouco valorização e no momento que alcançaram um patamar mais alto na sociedade, sofreram com estereótipos, subjugamento

e chacotas, atitudes muitas vezes vindas de outras mulheres.

Goetter (2014, p.105) destaca que “As mulheres sempre tiveram um papel importante nas lutas dos trabalhadores durante a história, mesmo que, nesta história (escrita por homem, em grande medida), a mulher quase não apareça”. Apesar de as mulheres não aparecem com frequência nas histórias no decorrer do tempo, pois as histórias que na maioria das vezes receberam voz e vez, foram as escritas por homens, as mulheres sempre estiveram presentes nas reivindicações, de terra e por direitos que todos os cidadãos merecem, e por isso, essas guerreiras não se conformaram com os rótulos impostos a elas, até porque sabem o valor que possuem, e há um tempo estão ganhando respeito nos espaços, onde frequentam.

Essas mulheres também teceram resistência quando tiveram de tratar da saúde dos familiares, valendo-se das plantas da floresta para produzir remédios caseiros, curando em regiões onde o poder público nunca chegou com sua medicina, valendo-se também de suas rezas para os trabalhos de cura (SOUZA, 2010, p.73)

As mulheres do campo, são guerreiras, cuidam da saúde de suas famílias com os recursos que a floresta oferece, até porque existem comunidades rurais que o poder público ainda não alcançou, por serem comunidades longínquas, bem dentro da floresta amazônica, e nesses lugares as mulheres utilizam dos saberes que aprenderam no decorrer da vida com as gerações anteriores.

Realizada esta discussão teórica, nos perguntamos: qual o método que elegemos para a pesquisa? Utilizamos a dialética para apontar a priori as categorias totalidade, contradição, mediação para estabelecer os nexos e as contradições entre o movimento sindical e o movimento de mulheres.

O paradigma escolhido para embasar o artigo foi o dos Novos Movimentos Sociais, o qual se caracteriza em cinco pontos importantes: primeiro ponto construído foi baseado na cultura; o segundo ponto é a importância do sujeito como autor de transformação e mudança; terceiro é sobre os indivíduos trabalhando no coletivo, porém sem hierarquização com ações que valorizam o tradicional, o solidário e a comunidade; quarto ponto trata da política como o centro das discussões; o quinto é a forma que ocorre ações coletivas e como é construída a identidade coletiva, no decorrer dos movimentos sociais.

Nesta linha de pensamento Touraine, Gonh (2004, p.142) afirmam que existem três elementos construtivos em um movimento social; o autor, seu adversário e o que está em jogo no conflito. Existiriam três princípios de interpretação dos movimentos sociais – identidade, oposição e totalidade. Na teoria de Touraine, é possível afirmar que os autores na luta das mulheres rurais são as camponesas, os seus adversários, é toda a desvalorização e falta de reconhecimento como trabalhadoras existente nos espaços sociais e o que está em jogo são os direitos básicos almejados. As mulheres do campo também buscam a própria identidade, se opõem, criticam e reivindicam direitos que possam melhorar suas

vidas e de seus familiares que vivem no campo.

Nos Novos Movimentos Sociais (NMS) a reivindicação de direitos sociais é o que move as ações coletivas, em vários campos sociais, e o movimentos de mulheres rurais é um dos grupos que tem lutado para assegurarem seus direitos. Sobre as formas de luta baseadas no NMS, segundo Gonh (2004, p.125):

Eles usam a mídia e as atividades de protesto para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais. Por meio de ações diretas, buscam promover mudanças nos valores dominantes e alterar atuações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil.

Os atos de protesto por meio da mídia, na rua, são formas de pressionar o governo, para que olhem para as necessidades humanas, e para fazer com que o governo reaja com atitudes positivas capazes de converter a discriminação em atitudes mais humanizadoras, pois a discriminação social está presente em todo lugar.

Em se tratando da luta contra a discriminação que ocorre em relação às mulheres, umas das formas de protesto que há mais de uma década as mulheres realizam no Brasil é a Marcha das Margaridas, um movimento que tem conquistado muitos direitos por meio de reivindicações de atos que as diminuía na sociedade.

3 | A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA SINDICAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Marcha das Margaridas é um exemplo das manifestações que as mulheres de praticamente todos os estados brasileiros têm aderido esse é um movimento realizado pelas mulheres do campo e da floresta, que ocorrem a cada quatro anos, onde reivindicam políticas públicas. No Amazonas o grupo de mulheres que aderiu ao movimento é conhecido como: Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia – MAMA.

Atuando em rede, as mulheres do campo, da floresta e das águas, como se nomeiam, não mais limitam as suas demandas ao âmbito local nem às suas especificidades de mulheres trabalhadoras rurais. As suas questões específicas puderam ser traduzidas para novos significados ao serem conectadas a questões mais gerais dos movimentos em rede, expressas no lema que cada Marcha aporta. Essa forma de atuação lhes permite extrapolar a delimitação do raio de ação de movimentos que atuam em espaços mais localizados como o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA) (AGUIAR, 2016, p. 284).

É por meio dessas redes que as mulheres atuam, as reivindicações que ficam em pauta nos sindicatos são específicas de cada estado brasileiro, e assim as mulheres têm tido oportunidade para lutarem por seu direito de igualdade e reconhecimento como mulher trabalhadora e não uma mera ajudante do marido, mas sim como uma das autoras das

próprias histórias de conquistas.

As mulheres têm conquistado espaço nos sindicatos, isso porque com passar dos anos os movimentos sociais feministas têm intensificado tanto nas áreas urbanas quanto em áreas rurais (VARELLA,1998, p.117).

No Brasil as primeiras manifestações do movimento social feminista ocorreram no século XIX. Esse movimento feminista deu força às mulheres para que cada vez mais lutassem por direitos em todas as esferas sociais, pois eram prejudicadas como seres inferiores aos homens. Souza (2010, p.74) salienta que:

Também disseram a essas mulheres que organizações políticas e sindicais eram atividades exclusivas de homens. Elas demonstraram, no entanto, que foram capazes de criar partidos políticos, de fundar sindicatos, de participar de uma delegacia sindical, de debater num grupo de evangelização ou tomar parte de experiências coletivas voltadas para um desenvolvimento sustentável em determinadas localidades do Acre.

Pela ousadia das mulheres de provarem ao contrário do que ouviam, assim, tem adentrado em espaços onde há alguns anos, era tido espaço de homens. É importante ressaltar que a participação efetiva e legítima da mulher no movimento sindical foi uma “questão” muito lenta (BORDALO 2014).

Os movimentos sociais são de suma importância para que o mundo se torne um lugar mais justo, pois, é por meio dos movimentos sociais, que os indivíduos, expõem e reivindicam do poder público o que lhes é de direito, a realização de ações que atendam o povo, como é o caso da luta por uma educação do e no campo, pois nem sempre os sujeitos do campo tiveram o direito à educação formal de qualidade, onde a teoria esteja ligada a prática. “É negado o direito à educação ou lhes é garantido o mínimo do mínimo por uma única razão: viverem no campo” (JESUS, MOLINA, 2004, p. 58). É por causa do déficit no ensino que os trabalhadores (as) por meio dos movimentos sociais que têm reivindicado uma educação que atenda a necessidade do povo que é um direito de todo o cidadão e que por vezes só a classe dominante possui.

Especificamente, na agricultura familiar, tem participado dos espaços, de avaliação, planejamento e acompanhamento às políticas e programas, a exemplo do conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável, curso Estadual e Formação Sindical - ENFOC realiza vários encontros de formação nos municípios para debater políticas públicas voltada para mulheres e juventude rural (PROJETO BÁSICO, 2014, p. 2)

Há projetos de ensino sobre a educação do campo que abrange as especificidades da agricultura familiar, onde é possível planejar de forma coletiva entre os Institutos, sindicatos e Federações os programas e políticas que são criadas para o povo rural, dessa forma, uma educação para o povo construída com o povo, e não somente uma educação construída para o povo sem a participação do mesmo como ocorre geralmente na educação rural.

A Escola Nacional de Formação da CONTAG (ENFOC) tem como objetivo principal a realização de cursos de aperfeiçoamento relacionado a vida sindical no que tange a história do sindicalismo, lutas travadas pelos movimentos sociais, e a importância do trabalhador (a) rural na produção de sua subsistência e de abastecimento urbano/rural, e de como o sujeito pode adentrar nas políticas sindicais e começar a participar ativamente da política que o cerca. Em vários momentos tratam sobre as políticas direcionadas às mulheres e aos jovens, e assim o (a) cidadão (ã) adentra ainda mais nos sindicatos, conhecendo os objetivos da organização e sua função e importância no seu cotidiano.

“Uma escola de formação para proletários engajados na luta de classes deve considerar como sua tarefa principal à formação de um pensamento sistemático e independente, e não ingurgitar mecanicamente uma soma de saberes positivos” (LÖWY, 2014, P. 28, APUD LUXEMBURGO, 2012, P.29). Ou seja, é de suma importância um ensino que atenda ao proletariado, um ensino que dê aos cidadãos e cidadãs do campo o sentimento de harmonia com o local onde vivem, pois, a educação rural foi elaborada conforme a metodologia utilizada nos centros urbanos, e geralmente o jovem do campo, não consegue usufruir de tais conhecimentos. A escola no contexto rural aos moldes da educação na cidade não prioriza a escola na comunidade e, por isso, opta por trabalho ou conhecimentos tradicionais familiares para estruturarem seu cotidiano, com vontade de progredir no seu meio e para isso, é importante que haja qualificação específica para os trabalhadores(as) no campo, assim, evitando o êxodo rural.

Segundo Abramovay e Rua (2000, p.73) “A educação formal assume um significado diferente para as jovens rurais. Entre as meninas, é uma maneira de fugir do destino de se transformar em dona de casa, agricultora ou em doméstica na cidade”. A educação para as jovens do campo, vai muito além de ir para a escola, é como se fosse a única forma de não viver na miséria e não sofrer muitas vezes o que seus pais sofreram, é uma maneira de vencer na vida e ajudar a família uma estratificação social.

As mulheres rurais sindicalistas nos movimentos sociais têm conquistado apoiadores, como: a Marcha das Margaridas que é administrada pela Contag, por 27 federações, pela FETAGRI e por mais de 400 sindicatos, a mesma conta com diversas parcerias:

Os movimentos que constituem a Marcha é formado por sindicalistas, a exemplo da Contag - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, Cut - Central Única dos Trabalhadores, CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros e movimentos autônomos de mulheres e feministas, como a Marcha Mundial de Mulheres, o MIQCB - Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco e Babaçu, o MMTR - NE - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Redelac - Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe e outros (SILVA, 2017, p. 1)

A Marcha das Margaridas tem atingindo um amplo número de sindicalistas, de diversos estados do Brasil, o que tem sido muito bom para o avanço e conquista das trabalhadoras, que há tempos procura alcançar patamares de igualdade de gênero nos

espaços sociais, ter vez e voz nos lugares que frequentam, vale salientar que durante essas lutas mulheres perderam a vida em prol do que reivindicavam como foi o caso de Margarida Maria Alves, uma mulher que reivindicava o direito dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e foi assassinada por quem não aceitava suas reivindicações e ideologias de igualdade e oportunidade. Como ressalta Lōwy (2014, p. 35) “Sem liberdade democrática é impossível a práxis revolucionária de massas, a autoeducação popular pela experiência prática, a autoemancipação revolucionária dos oprimidos e o próprio exercício do poder pela classe trabalhadora”.

Sendo assim, não é possível que nada de diferente aconteça na sociedade, sem a liberdade de expressão, e a educação é excepcional para a mudança de pensamento e para que os (as) trabalhadores(as), possam exercer poder sobre si próprios, e isso só pode acontecer se houver organização. Segundo Lazzarett (2000, p. 133) “O proletariado tem a arma contra os dominantes essa arma é a organização”. A organização nos movimentos sociais é o que os mantém de pé, pois nesses movimentos, há seminários, debate e etc., visando a organização de seus grupos sociais de acordo com o que cada grupo defende, o que não é diferente nos grupos feministas.

Seguindo a cronologia da luta verificamos que no ano de 1932 as mulheres conquistaram o direito do voto no Brasil, após muita luta. E ano de 1963 houve outra grande luta por reforma no método de ensino e alfabetização tendo como base Paulo Freire; luta por igualdade de direitos entre homens e mulheres; para uma educação direcionada aos trabalhadores rurais; luta por uma educação sindical e valorização do saber camponês. Em 1985 houve a criação da delegacia de defesa das mulheres (DDM), para coibir todas as formas de violência. No ano de 1987, foi realizado a comissão nacional de mulheres trabalhadoras rurais.

No ano de 1998 ocorreu na conferência nacional por uma educação básica no campo e criação do PRONERA, no qual foram tratados os seguintes temas: Programa de capacitação em desenvolvimento local sustentável /PDLS; sobre o projeto educação em saúde reprodutiva, gênero e família. O 7ª CNTT - Aprovou uma cota de 30% no mínimo de mulheres na direção da CONTAG. Boni (2013, p. 80) destaca que:

Ocupar os gabinetes dos deputados federais e senadores em Brasília para garantir a votação dos direitos previdenciários, foi uma iniciativa de mulheres e foi concretizada por elas. Comparo esta conquista à ação em prol da aprovação do PRONAF e da discriminação de juros deste programa na década de 1990. Se nesta última as mulheres participaram através de seus sindicatos, na primeira, toda a organização partiu delas, o que caracteriza a especificidade do movimento em relação a questão de gênero (BONI, 2013, p. 80)

As mulheres conquistaram o poder de participar das bancadas políticas no congresso nacional, e assim conquistar direitos relacionados a mulher, e isso foi porque as mulheres se uniram para conquistarem seus espaços de direito, uma conquista muito parecida com

o programa direcionado aos agricultores rurais criado em 1995 pelo governo, porém, não foi uma conquista isolada somente baseada no paradigma dos Novos Movimentos Sociais, mas em todo movimento proletário que visa garantir o mínimo de direitos para que possa viver com dignidade, portanto, a expansão da ideologia feminina nas políticas do estado já é uma realidade, onde, a categoria de direitos feministas passou a adentrar em todos os setores, saúde, educação e segurança, com isso, há um reconhecimento de que a mulher do campo, assim como a da cidade necessita ser ouvida e necessita de espaço na construção de políticas sociais.

Como afirma Boni (2013, p.85) “[...] luta por espaço dentro da propriedade e das relações sociais, mas também um feminismo que busca mais do que direitos para as mulheres, busca transformações de relações que vão além das diferenças de gênero, se caracterizando como transformações políticas”. O que torna explícito o verdadeiro desejo da luta feminista que não somente muda a questão de gênero, mas como ela é debatida na sociedade, e também uma luta por mudanças na política.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sindicalização das mulheres começou ainda nos movimentos sociais dos trabalhadores décadas atrás, por esse motivo não estaremos errados em afirmar que as mulheres sempre estiveram presentes nas reivindicações dos movimentos sociais, mesmo que elas não apareçam.

As Trabalhadoras estiveram presentes nos movimentos do MST (Movimento dos Sem Terra), e conquistaram uma educação construída no campo e pelos (as) trabalhadores e trabalhadoras rurais, erguida com povo e não para o povo como é o caso da educação campo. Conforme Lage (2013, p. 130)

As concepções feministas presentes na luta avançaram na construção de novos imaginários sociais, onde a presença das mulheres tem alcançados novos estatutos de visibilidade social, porém nos livros didáticos ainda estão em descompasso no que se refere à representação da mulher e do seu papel social.

Apesar de as mulheres ainda não estarem presentes nos conteúdos históricos didáticos que são ensinados na escola, isso não diminui a importância que essas guerreiras possuem no que tange lutar por uma educação e vida digna, as mulheres possuem uma grande bagagem de conquistas que conseguiram nos diversos ambientes sociais.

Toda essa problemática é perpassada, de modo cruel, por uma marginalização das mulheres e, por conseguinte, pela ausência de um debate de gênero. São as mulheres que mais sofrem nesse contexto, sendo colocados diante de uma dupla marginalização: aquela econômica e social, por viverem no semiárido (CARNEIRO, LOPES, OLIVEIRA, SANTOS e SOUZA, 2011)

Por causa do pouco debate sobre gênero houve a negligência da importância da mulher no meio social, e por esse motivo sofreram muito, no entanto, não permitiram ser vencidas, conquistaram direito ao voto, o auxílio maternidade, a proteção nas delegacias da Maria da Penha, o reconhecimento como agricultoras e não somente como donas de casa, ou ajudantes do marido, conseguiram adentrar nos sindicatos e fazer valer a vez e voz na política, portanto, são eternas vencedoras. No entanto, estes direitos estão ameaçados com a nova política implementada no atual governo, sendo necessário muita luta para que essas sejam mantidas e se avance cada vez mais na conquista por uma vida melhor.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam, RUA, Maria das Graças. **Companheiras de luta ou “Coordenadoras de painelas”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. - Brasília: Unesco: 2000.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. **Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas.** Política & Sociedade, v. 15, p. 261-295, 2016.

BONI, Valdete. **Movimento de mulheres camponesas: Um movimento camponês e feminista.** - Revista Grifos - 2013.

BORDALO, C. **Pelo direito de ser e estar: engajamento, mobilização e socialização política nos movimentos de mulheres rurais em Pernambuco.** In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8. 25-28 ago. 2008, Florianópolis. Anais eletrônicos. Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/autores.html>>.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** São Paulo: Bertrand Brasil, 2011.

ENFOC. Brasília, 19 a 23 de maio de 2008.

CARNEIRO, Vera Maria Oliveira; LOPES, Michelle Rios; OLIVEIRA, Cleonice dos Santos; SANTOS, Bernadete Marlene Carneiro; SOUZA, Zhara Leite. **Construindo Saberes para Educação Contextualizada.** Feira de Santana - Bahia, 2011.

CONTAG. **MARCHA DAS MARGARIDAS,** 2015.

CONTAG. **REVISTA DA CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL. Desenvolvimento autonomia e igualdade.** 2012.

CORDEIRO, Rosineide; SCOTT, Russel Parry (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

FETAGRI, **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA DO ESTADO AMAZONAS - FILIADO A CONTA / CUT. CODIDIGO ESTADUAL DE ÉTICA: DO MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO ESTADO DO AMAZONAS - MANAUS/AM,** 1975.

GOETTER, Jones Dari. **Introdução à história do movimento sindical**. Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 1997.

HUNGARO, Raquel. **A questão do método na constituição da teoria social de Marx**. In: Cunha, Célio; Souza, José; SILVA, Maria Abádia (orgs). O método dialético na pesquisa em Educação. Campinas, São Paulo: Autores Associados; Brasília: UNB, Faculdade de Educação, 2014.

JESUS, Sônia Meire Azevedo de; MOLINA, Mônica, Castagna (orgs). **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Coleção por uma educação do Campo, nº 5, 2004.

LAGE, Allene. **Educação e Movimento Sociais: Caminhos para uma Pedagogia de Luta**. – Recife: ed. Universitária da UFPE, 2013.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Lênin, o campesinato e o MST**. - Tempo da ciência. 2007.

LÖWY, Michael. **A Centelha se acende na ação: a autoeducação dos trabalhadores no pensamento de Rosa Luxemburgo**. - Educação e Filosofia Uberlândia, 2014.

Marcha das Margaridas. **Margaridas na luta por: Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia igualdade e liberdade**. 2011.

MOURÃO DIEDERICHS, Arminda. **Movimento de professores de 1º e 2º graus: uma análise crítica**. Manaus: EDUA, 1997.

PAULILO, Maria Ignez et al. **Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, p. 15-38, 2003.

PROJETO BÁSICO. **Capacitando Sustentabilidade de jovens mulheres rurais para a copa de 2014**. Manaus/AM 2011.

SILVA, Berenice Gomes. **MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO E O PROTAGONISMO DAS MULHERES RURAIS**. - VIII Jornada Internacional Políticas Públicas. Cidade Universitária da UFMA São Luís/Maranhão - BRASIL, 2017.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **Aquirianos: Mulheres da Floresta na História do Acre**. Rio Banco: Instituto de pesquisa, Ensino de estudos das culturas Amazônicas, 2010.

VARELLA, Marcelo Dias. **INTRODUÇÃO AO DIREITO À REFORMA AGRÁRIA: O direito face aos novos conflitos sociais**. Editora de Direito. São Paulo -1998

2º MODULO DO CURSO REGIONAL NORTE DE FORMAÇÃO POLITICA-SINDICAL PALMAS (TO)
30 de setembro a 06 de outubro de 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 8, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 206

Alagoas 5, 7, 115, 117, 118, 123, 125

América Latina 41, 128, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 181, 192, 238

Ativismo 9, 213, 214, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 228, 229

B

Biopoder 6, 23, 25, 27, 28

Brasil 8, 5, 6, 11, 12, 16, 17, 18, 21, 22, 29, 30, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 56, 62, 63, 65, 79, 87, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 100, 101, 114, 138, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 214, 215, 216, 218, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239

Bumba meu boi 7, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 113, 114

C

Capital 4, 17, 20, 31, 61, 82, 118, 125, 126, 127, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 167, 169, 170, 171, 180, 181, 190, 195, 202, 232, 234, 235

China 9, 62, 190, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 246

CNPIR 9, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 230

Controle Social 7, 24, 27, 55, 58, 64, 67, 68, 70, 76, 77, 215

Coronavírus 7, 62, 63, 65, 115, 233, 239

Crimeia 9, 240, 241, 242, 246, 248, 249

Cuba 9, 134, 135, 138, 139, 141, 143, 144, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

D

Democracia 7, 9, 51, 52, 53, 65, 67, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 154, 156, 213, 214, 215, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235

Desenvolvimento 6, 8, 1, 2, 6, 9, 11, 13, 15, 20, 40, 42, 44, 45, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 79, 80, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 98, 103, 118, 128, 129, 130, 131, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 153, 154, 155, 158, 159, 163, 169, 170, 177, 180, 181, 183, 196, 197, 200, 205, 207, 210, 211, 212, 217, 233, 234, 238, 246, 253

Desigualdades 7, 9, 20, 49, 57, 63, 115, 118, 168, 198, 199, 201, 202, 209, 232, 233, 236, 237

E

Economia Solidária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 69, 72, 76, 78

Educação do campo 35, 39, 40

Envelhecimento 8, 172, 173, 174, 175, 181, 191

Estado 7, 8, 1, 2, 3, 5, 8, 10, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 43, 44, 47, 50, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 97, 99, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 136, 142, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 167, 173, 175, 180, 182, 183, 184, 185, 191, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 215, 221, 222, 224, 226, 227, 229, 235, 237, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248

F

Famílias 8, 38, 84, 85, 87, 89, 96, 117, 173, 177, 178, 179, 180, 188, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

G

Gênero 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 37, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 72, 174, 245

Geografia Cultural 103, 104, 105, 107, 113, 114

Gestão Democrática 8, 54, 64, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170

Guerra Híbrida 9, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

L

LGBTI 46, 48

Liberdade 7, 16, 18, 42, 45, 50, 128, 129, 134, 135, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 153, 154, 167, 168, 171, 198, 200, 202, 214, 216

Luta 6, 7, 5, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 84, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 151, 170, 209, 210, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 229

M

Maranhão 5, 7, 12, 45, 80, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 167

Mobilização Política 7, 92, 93, 94

Movimentos Sociais 5, 6, 5, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 68, 69, 76, 77, 79, 87, 95, 96, 97, 99, 213, 215, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229

Mulheres 6, 13, 18, 21, 25, 27, 29, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47,

48, 49, 50, 51, 52, 53, 72, 73, 104, 106, 126, 174, 176, 218, 219, 225

N

Negócios 7, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 153, 183, 246

Neoliberalismo 150, 153, 154, 156, 159, 160

P

Paisagens Culturais 7, 103, 104, 108, 113

Pandemia 7, 11, 55, 62, 63, 64, 66, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 126, 172, 180

Participação Social 9, 5, 56, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 226, 227, 228, 230

Patriarcado 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 46, 48, 50, 51

Piauí 5, 6, 7, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 72, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 101, 172, 193, 202, 203

Planejamento 6, 8, 2, 6, 40, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 118, 124, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 192, 217, 237

PNAS 8, 173, 177, 203, 204, 205, 207, 210, 211

Pobreza 8, 55, 57, 71, 76, 78, 95, 159, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 209, 223, 224, 244

Poder 2, 5, 14, 17, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 38, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 64, 67, 69, 70, 107, 118, 131, 132, 136, 145, 151, 154, 157, 162, 164, 165, 170, 174, 175, 215, 217, 226, 228, 230, 234, 235, 239, 242, 245

Política 2, 5, 6, 7, 8, 3, 5, 7, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 28, 31, 36, 37, 38, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 69, 71, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 104, 108, 136, 137, 144, 146, 147, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 179, 180, 185, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 215, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 238, 240, 243, 244, 247, 248, 249, 253

Políticas públicas 7, 1, 2, 7, 39, 40, 44, 46, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 79, 98, 99, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 188, 194, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 228

Previdência 36, 117, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 205, 225

Proteção social 8, 150, 153, 159, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Q

Quilombolas 7, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102

R

Recoopsol 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Reforma Agrária 7, 18, 36, 80, 81, 87, 89, 90, 91, 235, 237, 238

Representatividade 6, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 119, 126

Rural 35, 40, 41, 45, 56, 65, 80, 81, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 159, 167, 170

Rússia 240, 242, 243, 246, 248, 249

S

Socialismo 50, 160, 232, 234, 236, 237, 238

T

Território 1, 3, 4, 6, 8, 9, 24, 55, 56, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 89, 95, 96, 101, 105, 116, 166, 169, 176, 178, 206, 210, 246, 249

Trabalho 5, 8, 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 20, 25, 36, 37, 41, 46, 63, 65, 67, 68, 81, 92, 93, 97, 100, 103, 104, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 134, 136, 142, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 159, 160, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 182, 183, 189, 190, 192, 195, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 223, 231, 232, 233, 236, 237

U

Ucrânia 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 251

V

Violação de direitos 173, 175, 176, 178, 179, 180, 194, 197, 200


Violência 8, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 42, 44, 50, 89, 111, 159, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 198, 200, 201, 202, 221, 222, 226, 235, 243, 245, 249

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 